

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano dois mil e doze, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência de **Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelo Senhor **Fernando José Guia Barbosa** e pela Senhora **Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo**, primeiro e segundo Secretários respetivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros. -----

Em representação do **Partido Social Democrata**: -----

Rui Pedro Dias Gonçalves, Rui Vítor Pires Bragança, Maria João Gil Santos Grácio, José Miguel Filipe Baptista, Sérgio Miguel Gil Nunes e Esperança Maria Micael Santos. -----

Em representação do **Partido Socialista**: -----

Manuel Mesquita Domingues, Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho, Carlos Manuel Pires Rei Amaro e António Isidro das Neves Ferreira Marques. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**: -----

Maria de Fátima Conde Búzio e Luís Filipe Dias Grácio. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**: -----

António Silvino da Costa Ferreira e Mário Eugénio Filipe Duarte. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** e em substituição deste, o substituto legal: -----

José Maria Lopes Terra. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima**: -----

Manuel Pereira Bilreiro. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jaime Manuel Gonçalves Ramos e os Vereadores Paula Maria da Costa Pereira, João Sebastião Coutinho Lima Canaverde, Kelly Patrícia Rodrigues Carvalho da Silva, Carlos Alexandre Zagalo Gouveia e Carlos Manuel Godinho Matias. -----

O **1.º Secretário da Assembleia Municipal**, declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e vinte minutos, tendo informado que a senhora Presidente da Assembleia ficou retida num incêndio que houve na Bobadela, e que dentro de poucos minutos estará presente. Continuando, deu posse aos elementos convocados para substituir os deputados que solicitaram ausência por período inferior a trinta dias. -----

Deu posse a Mário João Reis Mourão Laranjeiro, que substitui Nuno Filipe Januário Nunes e Franco Horta, do Partido Social Democrata. -----

Deu posse a Daniel da Costa Luís, que substitui Jaime Manuel Palha Costa, do Partido Socialista. -----

Deu posse a Carla Sofia Roma de Oliveira, que substitui Henrique dos Reis Leal, que pediu renúncia ao mandato. -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade dos eleitos e após a leitura das respetivas atas avulsas de instalação e do respetivo juramento

---

por parte dos novos membros, o **1º Secretário da Assembleia Municipal** declarou-os investidos nas funções. -----

Procedeu-se de seguida à votação da ata número dezasseis. -----

#### **VOTAÇÃO DA ATA NÚMERO DEZASSEIS** -----

A ata número dezasseis realizada em vinte e sete de abril de dois mil e doze, foi aprovada por maioria com quinze votos a favor, sendo oito votos do Partido Social Democrata, quatro votos do Partido Socialista, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e seis abstenções, sendo uma do Partido Social Democrata, uma do Partido Socialista, duas do Bloco de Esquerda, uma da Coligação Democrática Unitária e uma do substituto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista, por não se encontrarem presentes na referida sessão. -----

Não votou a senhora Presidente da Assembleia por ainda não se encontrar presente. -----

Entrou-se de imediato no período de antes da ordem do dia. -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “ Há cerca de seis anos que houve a primeira intervenção no jardim da Zona Verde, houve uma melhoria substancial daquele espaço que teve reflexos sobre a qualidade de vida das pessoas daquela zona. -----

Na altura foi prometido à população local uma segunda fase com parque infantil e também se falou de um bar, passados este seis anos, esta segunda fase de obras não foi feita. Há alguma oferta cultural naquele espaço promovido por associações, por exemplo no próximo sábado vai haver a festa da cerveja e do caracol, mas o grande problema é a falta de instalações sanitárias, quando há iniciativas socorrem-se dos espaços dos cafés que existem à volta, é evidente que isto torna estas estruturas de cafés com uma incapacidade de responder às necessidades. -----

Por outro lado, as crianças que vão para ali brincar com os pais e avós, essas pessoas também não tem uma resposta a esse nível, sei que as instalações foram por várias vezes vandalizadas, não sei exatamente a situação em que se encontra neste momento, mas de facto, fazia-se o apelo à Câmara para reabrir aquelas instalações pelo menos durante o dia vigiadas pelos funcionários da autarquia.” -----

Interveio **Carlos Amaro**: “ A bancada do Partido Socialista congratula-se com a aceitação da nossa proposta que fizemos há algum tempo atrás de desmaterialização do boletim municipal, achamos que já deveria ter sido há mais tempo, a sua utilidade era muito discutível e portanto, ficamos felizes por esta decisão do executivo.” -----

Proseguiu **Luís Grácio**: “ Como devem ter conhecimento, vai terminar este mês o período transitório em que os habitantes da região abrangida pela A23 vão deixar de ter essa possibilidade das dez viagens. -----

Como na altura foi solicitado que fosse questionado o Ministério dos Transportes sobre esta questão, não sei se houve alguma resposta sobre o término ou a manutenção dessa questão. -----

Não tendo havido resposta, nós queremos deixar mais uma vez, isto já é um dado repetitivo, o nosso protesto pela forma como este assunto tem sido tratado e a forma como ele prejudica toda a região. -----

Portanto, queremos lavrar aqui o nosso protesto se acaso esta premissa terminar manifestamos o nosso desacordo.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o **1º Secretário da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao público. -----

---

## INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

---

Pediu a palavra **João Lérias**: “ Como cidadão interessado no seu concelho e perante a impossibilidade de horário que permitam, assistir às reuniões da Câmara Municipal, não me resta outra alternativa, senão, perante este órgão autárquico colocar algumas questões ou preocupações, sabendo que V. Ex<sup>a</sup> as fará chegar caso ache oportuno, ao órgão certo para esclarecimento. É nesse sentido que formulo a seguinte exposição e questão: -----

O comércio no Entroncamento atravessa o pior período de sempre da sua história. A dinâmica comercial de outros tempos que deu verdadeira vida ao concelho, hoje não existe e assistimos semana após semana ao encerramento de lojas, à insolvência de empresas e a uma degradação do centro da cidade que parece merecer pouca atenção ou preocupação por parte dos nossos autarcas. -----

Por exemplo, -----

- a) Esta cidade precisava de apoios públicos ao comércio local de forma a inverter a situação; -----
- b) Esta cidade via com bons olhos a criação de um site “Entroncamento – comércio digital”, que facilitasse o comércio digital como uma nova realidade; -----
- c) Esta cidade precisava de animação e vida cultural no seu centro. -----  
Estas são apenas 3 das 15 medidas que o PSD nas últimas eleições autárquicas de 2009 prometeu ao eleitorado no seu programa eleitoral. -----

Prometeu ainda a título de exemplo: -----

- a) Criar a loja do munícipe; -----
- b) Elaborar a carta concelhia do comércio e serviços e disponibilizar essa informação nos locais públicos; -----
- c) Criar um fundo de financiamento para a modernização do comércio através do programa VALTEJO; -----
- d) Promover feiras e mercados temáticos; -----
- e) Promover eventos de grande impacto, visando o comércio e a projeção do Entroncamento. -----

É caso para nos perguntarmos, agora passados 3 anos, onde está a concretização destas medidas? -----

O prometido foi esquecido? -----

É certo que o atual mandato ainda não terminou, mas será que, é no ano que falta, após a perda das estruturas económicas essenciais e da maior parte do tecido comercial do concelho que se vai então fazer qualquer coisa? -----

Ou será que o programa eleitoral apresentado pelo partido ganhador não passou disso mesmo, um conjunto de ideias entretanto esquecidas e nada mais. -----

A verdade é que a política desta Câmara para o comércio local, mais parece ser uma política contrária ao que foi prometido. Taxa-se o estacionamento e afastam-se as pessoas do centro e leva-se ao extremo o cumprimento escrupuloso dos regulamentos, de forma, a que, à mais pequena discordância com o que está estabelecido, é sempre mais fácil levantar um processo de contraordenação e aplicar uma coima.-----

É por tudo isto, porque entendo dever ser esclarecido sobre que aspetos do programa eleitoral proposto nas últimas eleições a Câmara pretende ainda e de que forma, concretizar. -----

É bom sempre avivar memórias. É bom em política aprendermos a cumprir aquilo que prometemos, ou quando isso não é possível, percebemos o porquê? -----

---

Como munícipe, como cidadão interessado pelo seu concelho e como residente no centro da cidade, lutarei sempre e não me calarei contra aquilo a que assistimos hoje, o verdadeiro silêncio do Centro!” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção por parte do público, entrou-se na ordem dos trabalhos. -----

### ORDEM DOS TRABALHOS

#### PONTO NÚMERO UM

#### PROJETO DE REGULAMENTO “ NO LAR EM SEGURANCA “

Pediu a palavra **Célia Leal**: “ Da parte da bancada do PS, fizemos uma análise ao projeto de regulamento, entendemos que nesta altura de crise e com o envelhecer da população cada vez mais as autarquias tem que ter uma atitude e visão social e é nessa medida que compreendemos este projeto de regulamento. -----

Acima de tudo, o artigo em que centrámos a nossa atenção e o qual nos vai merecer reparos, acaba por ser o artigo sétimo, os critérios de seleção que diz o seguinte: “ *Os critérios de seleção para inclusão no projeto são os seguintes:* -----

- 1) *Demonstrarem necessidade de apoio imediato no domicílio (Saúde, Segurança, etc.);* -----
- 2) *Residirem ou permanecerem sós durante longos períodos de tempo;* -----
- 3) *Possuírem idade mais avançada;* -----
- 4) *Usufruírem de rendimento mensal mais baixo;* -----
- 5) *Serão contempladas as candidaturas de acordo com a ordem cronológica da entrada do pedido nos serviços respetivos.* ” -----

Entendemos que estes conceitos são vagos, o que é a idade mais avançada? Não conseguimos ver aonde é que é feita, se são aos 65 anos, se é aos 70 anos, se é aos 75 anos e portanto não concordamos mesmo que seja para idade mais avançada com esse conceito, uma vez que há pessoas se calhar com 65 anos por questões de saúde, doenças degenerativas, que tem muito menos capacidade intelectual, física de pessoas se calhar com 80 ou 90 anos, permanecer sós durante longos períodos de tempo, será que o longo período de tempo é um dia, dois dias, um mês, um ano? -----

São estes conceitos que nos levam a concordar com a ideia base da criação deste projeto de regulamento, mas temos aqui uma crítica relativamente à precisão destes conceitos. -----

O que queríamos era que de alguma forma houvesse um padrão que se pudesse identificar, a partir daí haver uma norma genérica, uma apreciação caso a caso que pudesse determinada situação ser englobada, mas, o que gostávamos realmente era que estes conceitos estivessem mais precisos de forma a serem claros para a população. -----

Vamos votar favoravelmente, deixamos este alerta para situações futuras.” -----

Prosseguiu **Carla Roma**: “ Nós entendemos que tenham que existir alguns critérios sobretudo quando a questão da priorização é importante. -----

Entendemos que este projeto é uma mais-valia, sobretudo para as pessoas que por uma razão de dependência seja ela qual for se encontrem em posições de maior fragilidade e tenham algum tipo de apoio ao mesmo tempo que lhes permite permanecer no seu domicílio durante mais tempo. -----

Lamentamos no entanto, que o critério idade aqui tenha este peso e que mais uma vez se venha aqui excluir pessoas mais novas, que não estejam dentro do critério de pessoa idosa e que por alguma razão sejam dependentes, essas situações existem no nosso município, temos pessoas que não são idosas, encontram-se em situação de grande dependência, que residem sozinhas e lamentamos que deixem de ter acesso a este tipo de apoio só pelo critério de idade. -----

---

De qualquer forma, também reconhecemos que já é um avanço, gostaríamos no entanto, que esta possibilidade fosse tida em conta no futuro. -----

Gostávamos também de ter conhecimento e de ter algum retorno sobre como é que tem decorrido o período experimental deste projeto, uma vez que temos conhecimento de que já existe uma fase experimental do projeto em curso, de acordo com a informação que nos chegou do senhor Presidente, se não estou em erro estarão onze pessoas a usufruir deste programa. -----

Também há uma questão que nos parece omissa neste regulamento e que normalmente faz parte dos regulamentos que se prende com a questão das mensalidades, nós percebemos que há isenção para portadores de cartão tipo B, se não estou em erro, existe um desconto na mensalidade para portadores de cartão tipo A, mas desconto sobre que mensalidade? O regulamento é omissivo nesse ponto, não sei se as tabelas de preços serão apresentadas posteriormente, mas nesta fase experimental, gostávamos de saber quais são os preços que estão a ser praticados e no futuro. -----

Quanto ao regulamento em si, não nos levanta outro tipo de problemas a não ser este que já mencionámos.” -----

Continuou **António Ferreira**: “ Este projeto de regulamento é interessante, é um sistema de alerta, um sistema de teleassistência a idosos que envolve familiares, vizinhos, sistemas de saúde, apoio social comunitário, acho que nesta área está bem concebido e pode ser de grande utilidade para uma camada larga da população do Entroncamento. -----

Aquilo que já foi aqui referido baseia-se essencialmente na questão dos beneficiários, isto é basicamente dedicados aos beneficiários de serviços “no Lar em Segurança”, todos os idosos portadores de cartão municipal de idoso, depois fala nos pontos dois e três do tipo B e do tipo A, estes são os beneficiários, isto é que restringe muito a aplicação a outras necessidades. -----

Penso que aonde estão os beneficiários deve ser alterado e também os pontos 3 e 4 do artigo 7º, não devem incidir muito nestes dois pontos e deve-se alargar mais a outras situações preocupantes. -----

A questão por exemplo em termos dos rendimentos, alguém que tenha uma doença grave que necessite de medicamentos caros e que gaste muito dinheiro com esses medicamentos, ele pode ter uma reforma razoável mas a maior parte do rendimento dessa pessoa vai para medicamentos. -----

Portanto, esta questão deve ser bem ponderada em termos dos nossos técnicos, que são técnicos que já deram provas e tem boa experiência nesta área.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se à votação. -----

#### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM** -----

O ponto número um “ **Projeto de Regulamento “No Lar em Segurança”**, foi aprovado por unanimidade, com vinte um votos, sendo nove votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Passou-se de seguida ao ponto número dois. -----

#### **PONTO NÚMERO DOIS** -----

##### **1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO** -----

Interveio **Manuel Domingues**: “ Sobre este documento nós compreendemos que haja necessidade de recorrer a esta verba, que é um saldo de gerência de um milhão cento e setenta e três mil euros, há necessidade de utilizar parte desta verba de

---

666.750.00 euros, nós até compreendemos isso dadas as dificuldades que a Câmara tem nas suas contas. -----

O que nos merece reparo é a argumentação que é utilizada para aplicação desta verba, porque diz aqui por exemplo no ponto dois: “ *Com efeito, rubricas existem cujo saldo se afigura diminuto considerando os encargos para o resto do ano em curso, o que condiciona o normal funcionamento da autarquia.*”, são referidas aqui algumas rubricas como por exemplo verbas estimadas para cabimento até final do ano das senhas de presença da Assembleia Municipal, verba estimada para cabimento até final do ano para a iluminação pública. -----

Este tipo de argumentação na minha perspetiva não está muito correto, a grande maioria das rubricas que aqui são mencionadas, são rubricas cujo montante de verba necessária para o funcionamento da autarquia, já são sobejamente conhecidos, toda a gente sabe que quando se faz o orçamento para o próximo ano qual é a verba que vai ser gasta com a Assembleia Municipal e com a iluminação pública, não me parece que haja aqui um desvio na verba da iluminação pública de cento e vinte e cinco mil euros. -----

Estou só a referir estes dois casos, mas as restantes verbas são do mesmo género, penso que a haver reforço de verbas em qualquer rubrica, devia ser quando aparecem gastos que não estejam previstos e não em rubricas cujo gasto é conhecido logo à partida.” -----

Prosseguiu **António Ferreira**: “ O reforço destas verbas muitas delas absolutamente previsíveis, aonde estão também incluídas as nossas senhas de presença, são verbas conforme já foi referido, perfeitamente calculáveis e diria mesmo, algumas delas são absurdas. -----

O reforço da verba para a RESITEJO e nós sabemos os problemas que essa empresa está a atravessar neste momento é disso demonstrativo, fez-se o orçamento, foi necessário reduzir despesa, não é aí que as nossas senhas entram porque é um valor muito baixo, mas as verbas como já foi referido, na questão da iluminação pública, refeições escolares, águas do centro, são verbas perfeitamente previsíveis que só não foram colocadas com o objetivo que todos os anos a CDU tem chamado à atenção. -----

Os orçamentos são subdotados nalgumas das verbas para se poderem incluir outros gastos noutras áreas, o executivo camarário ao longo destes últimos anos não tem apresentado estimativas corretas em relação àquilo que vai ser a atividade do município no ano seguinte. -----

Há uma orientação por parte da Troika e do governo, no sentido de diminuir as dividas a alguns setores e são esses setores que estão aqui e não aparecessem aqui os pequenos e médios empresários que as câmaras estão a dever há muitos anos.” -----

Continuou **Luís Grácio**: “ De facto há aqui um reforço que nós pretendemos aqui deixar e que é o seguinte: Uma serie de rubricas que hoje aqui tem reforço de verbas que deviam estar devidamente cabimentadas são rubricas completamente previstas, não há novidade de maior para que elas tenham tido reforço logo na primeira revisão do orçamento, dou por exemplo a despesa com comunicações, RESITEJO, refeições escolares e outras. -----

Nós sabemos que esta forma de fazer orçamento tem um pouco a ver com a diminuição da despesa, mas o que nos preocupa mais de facto, são os critérios de gestão que o executivo aqui nos apresenta e que são critérios sintomáticos a forma como encara a gestão corrente. -----

O executivo tem um saldo de praticamente um milhão e duzentos mil euros e faz um reforço de pagamento a credores na ordem dos seiscentos e setenta mil euros, curiosamente, é precisamente aos credores com mais capacidade financeira que se vão

---

fazer pagamentos, as pequenas e médias empresas do concelho ficam de fora o que é incompreensível. -----

O que nós entendemos, é que isto de facto é sintomático da forma como o executivo olha para os seus credores, nomeadamente os pequenos credores, e nós não nos revemos nesta forma de gestão, entendemos que esta é uma prática errada, dá um sinal errado aos pequenos comerciantes e não nos parece de todo aconselhável este caminho. -----

Se existe um saldo de gerência de perto de um milhão e duzentos mil euros, porque é que só se vai aplicar uma parte desse saldo.” -----

Durante a intervenção de Luís Grácio, compareceu a senhora **Presidente da Assembleia Municipal**. -----

Referiu **Rui Gonçalves**: “ As pequenas e médias empresas estão abrangidas no Programa de Saneamento que foi dado pelo governo para as câmaras poderem saldar as suas dívidas perante terceiros. -----

A iluminação pública estava prevista desde o início do ano, não sei se os senhores repararam na fatura da luz, o IVA mudou. -----

Concurso das refeições escolares, abriram mais escolas felizmente. -----

Os combustíveis, se alguém conseguia prever que hoje o gasóleo estava a um euro e meio e a gasolina estava a um euro e sessenta, devia ter jogado no euromilhões. -----

O que está aqui designado na RESITEJO é o cabimento até ao final do ano, a dívida para trás já foi negociada o seu pagamento.” -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “ Estas empresas maiores, são empresas que por acaso coincidem com aquelas empresas que muitas delas estão previstas no programa da Troika, serem vendidas para fazer face aos acordos que foram assinados com a Troika, uma delas já foi vendida, as outras também, as águas, os resíduos são setores que estão a ser oferecidos no exterior para venda.” -----

**Luís Grácio** referiu: “ A questão que aqui se coloca, de facto existe um plano que é o PEPAL para equilíbrio financeiro das autarquias, mas o PEPAL coloca um conjunto de restrições às atividades das autarquias, o que significa que se aderirmos a esse programa provavelmente o próximo executivo para o próximo ano fica com as pernas cortadas. -----

Este executivo está a determinar toda a ação dos próximos executivos e devia abster-se de fazer isso. -----

Foi aprovado por proposta do PSD e votado por unanimidade na assembleia, há dez anos atrás, um empréstimo para saneamento financeiro, o PSD chegou à presidência da câmara com uma dívida na ordem dos três milhões de euros e foi solicitado à assembleia que desse aval a que se fizesse um empréstimo para saneamento financeiro, o que vai acontecer, é que este executivo vai deixar a câmara provavelmente pior do que a encontrou em termos de dívida.” -----

Interveio **Rui Gonçalves**: “ Gostava que o senhor deputado completasse a história e não só a metade, que comparasse o Entroncamento há dez anos e o Entroncamento de hoje. -----

Os vinte anos anteriores, com fundos a rodos, nada se fez no Entroncamento, agora a obra está cá para os entroncamentenses gozar dela.” -----

Pedi a palavra **Luís Grácio**: “ De facto alguma obra existe e a dívida? -----

Os senhores olham para a obra mas esquecem a dívida, estou-lhes a lembrar que temos uma dívida grande, maior do que aquela que se encontrou e provavelmente, os próximos executivos vão ficar amarrados com as decisões tomadas hoje.” -----

---

Não havendo mais intervenções a senhora **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número dois à votação. -----

**VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS** -----

O ponto número dois “**1ª Revisão ao Orçamento**”, foi aprovado por maioria com doze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, sete votos contra, sendo cinco votos do Partido Socialista e dois votos da Coligação Democrática Unitária e três abstenções do Bloco de Esquerda. -----

**PONTO NÚMERO TRÊS** -----

**ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA** -----

Pediu a palavra **Carlos Amaro**: “ A bancada do Partido Socialista gostaria de pedir a esta assembleia o adiamento deste ponto para a próxima sessão da assembleia. –

Dadas as implicações legais que o mesmo tem, gostaríamos de ter uma melhor análise.” -----

Prosseguiu **Fátima Búzio**: “ A autorização da Assembleia Municipal existe para possibilitar um controle dos órgãos fiscalizadores e politicamente permitir uma discussão mais alargada já que há forças políticas que estão representadas nesta assembleia e não no executivo camarário. -----

Parece-nos que esta proposta apresentada tem como finalidade bloquear os poderes desta assembleia já por si reduzidos. -----

Todas as decisões plurianuais estão obrigatoriamente inscritas e previstas no orçamento, perguntamos que tipo de contratos plurianuais urgentes e previstos no orçamento não podem esperar pela reunião da assembleia. -----

O argumento apresentado de que por motivos de simplificação e celeridade processuais justifica a aprovação desta proposta. -----

Para nós, Bloco de Esquerda, tal como foi mencionado nos pontos anteriores, não aceitamos qualquer proposta que tenha como finalidade reduzir o poder de fiscalização deste órgão impossibilitando uma discussão alargada com todas as forças políticas aqui representadas e fragilizar o processo democrático.” -----

Continuou **António Ferreira**: “ Isto é uma lei que foi feita à pressa, atabalhoada, com alterações já pelo meio, uma lei que era impossível praticar nas Câmaras Municipais e que se tornou numa lei difícil de aplicar e que agora arranjam subterfugio por um parecer da Associação Nacional de Municípios, para dar a volta a uma coisa que é impraticável. -----

Aquilo que nós estamos a aprovar é na base de um documento feito pela Associação de Municípios para contornar aquilo que é a lei. -----

Os municípios não contribuíram para a situação que está a passar o país, mas está a sofrer estas consequências com imposições por parte do governo e a perda de autonomia em relação àquilo que lhe é dada pela Constituição. -----

A criminalização das condutas dos eleitos locais e a oposição a isto, no governo não há criminalização ao fim de um ano das coisas que foram feitas e praticadas e da situação em que estamos ao fim de um ano, ninguém vai pedir contas criminais ao governo por aquilo que está a acontecer ao país neste momento, à beira de um segundo pedido de resgate. -----

Nós estamos a aprovar um documento que foi feito com uma determinada data e na primeira página diz: “ *Propõe-se, por motivos de simplificação e celeridade processuais, e procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as entidades do Setor Público Administrativo, que a Assembleia Municipal delibere,*

---

*relativamente à Câmara Municipal*”, ou seja, estamos a aplicar aquilo que foi o decreto regulamentar para o setor público administrativo. -----

Entretanto, no dia vinte e um de junho, sai o decreto regulamentador para esta lei em concreto para as Câmaras Municipais. -----

Não me importo nada, inclusivamente de aprovar o ponto que vem a seguir que esse sei, em concreto, o que se trata, agora passar um cheque em branco à Câmara Municipal, sobre assuntos que à posteriori me vão informar o que é que foi aprovado, mas só à posteriori é que vem a informação à Assembleia Municipal, estando sujeito àquilo que o governo estabeleceu em termos de criminalização das condutas dos eleitos locais, quem me diz a mim, que daqui a uns tempos não sou chamado para assumir as responsabilidades em relação a uma coisa que eu não pratiquei.” -----

Referiu a senhora **Presidente da Assembleia**: “ O ponto três desta ordem de trabalhos, obriga a Câmara Municipal a, em todas reuniões prestar contas dos eventuais compromissos plurianuais assumidos, isto tem apenas a ver com compromissos que implicam pagamentos subdivididos por mais de um ano e a qualquer momento a assembleia pode revogar esta deliberação independentemente de eu ainda não ter também conseguido ver a legislação.” -----

Pedi a palavra **Rui Gonçalves**: “ Além daquilo que a senhora Presidente disse e muito bem, há aqui outras nuances que não foram refletidas nas intervenções passadas.

A primeira é que os encargos não podem exceder o limite máximo por exercício económico de 99.759.58 euros e que, esta autorização prévia é válida só para este exercício económico, para o ano já não é válido.” -----

**Carlos Amaro** referiu: “ Primeiro gostaríamos de solicitar a votação desse pedido de adiamento, caso o ponto não seja adiado, gostaria então depois fazer a minha intervenção.” -----

Referiu a senhora **Presidente da Assembleia**: “ O que vamos votar é o adiamento ou não do ponto número três da ordem dos trabalhos.” -----

#### **VOTAÇÃO PARA ADIAR OU NÃO O PONTO NÚMERO TRÊS** -----

O pedido para adiar para a próxima sessão da assembleia o ponto número três, foi rejeitado com doze votos contra, sendo dez votos do Partido Social Democrata e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e dez votos a favor, sendo cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária. -----

Pedi a palavra **Carlos Amaro**: “ O alcance desta lei é apertar a fiscalização dos atos e dos contratos em especial aqueles que podem vir a onerar substancialmente as responsabilidades das autarquias. -----

Nós estamos aqui a solicitar um pedido de autorização prévia, não sei se o senhor deputado leu o artigo treze da referida lei, então se leu, deve conhecer que esta é uma norma imperativa, que não pode ser afastada, que gera uma nulidade insanável. -----

Neste sentido, a bancada do Partido Socialista não passa cheques em branco, até porque esta é uma lei de natureza casuística, o sentido dela, é esta assembleia deliberar caso a caso. -----

A bancada do Partido Socialista irá apresentar uma declaração do voto.” -----

Continuou **António Ferreira**: “ Esta lei vai criar inúmeros problemas ao exercício do poder nas Câmaras Municipais, vai criar sérios problemas às diversas atividades, a educação, à limpeza pública, abastecimento de água, habitação social, proteção civil e nós temos consciência da nossa atitude, não é a nossa atitude que está em causa neste caso, o que está em causa é a lei. “ -----

---

Interveio a senhora **Presidente da Assembleia**: “ O Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, e que estabelece regras para assunção de compromissos, diz no artigo 12º o seguinte: -----

*“ Para efeitos da aplicação da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.”-----*

Efetivamente, neste momento as Grandes Opções do Plano estão aprovadas no seu tempo útil e portanto não se podem alterar no sentido da alteração, mas pode haver à posteriori uma correção, tal como há uma correção ao orçamento, também há uma correção aos documentos que nós aprovamos num tempo em que a legislação não estava em vigor.” -----

Continuou **Luís Grácio**:” Devemos reponderar as decisões que são tomadas, não nos parece que seja problemático para a atividade normal do executivo que os encargos plurianuais, que por serem plurianuais abrangem mais que um exercício, são mais que previsíveis, não são situações pontuais de gestão corrente que é necessário tomar decisões em tempo útil, que devam vir à assembleia. -----

As Assembleias Municipais cada vez mais estão despidas dos seus poderes de fiscalização, e o que os senhores estão aqui a propor, mas de facto, não nos parece que seja a melhor solução nem a forma mais indicada de resolver as questões, a questão pluralista das diversas forças em presença no concelho sobre os assuntos da autarquia, é de todo o interesse, aliás é do interesse de todos, não nos parece que seja razoável afastar esta discussão da assembleia. -----

O que nós estamos a sugerir, é que estes assuntos sejam refletidos por todos antes de se tomarem as decisões. -----

Proseguiu **José Baptista**: “ A minha intervenção é claramente para responder ao senhor deputado Carlos Amaro. -----

Na última assembleia tivemos aqui uma triste troca de galhardetes iniciada por mim, reconheço-a, sobre o brilhante jurista, mas tenho que lhe dizer que fiquei abruptamente dececionado com o senhor deputado nesta reunião.-----

O senhor deputado invocou aqui o artigo décimo terceiro desta lei e fala da questão imperativa das normas três a nove e décimo primeiro. -----

O artigo terceiro fala de Definições da lei. -----

O artigo quarto fala do Aumento temporário dos fundos disponíveis, qual é o problema do artigo? -----

O artigo quinto fala da Assunção de compromissos, e já está mais que discutida. --

O artigo sexto fala de Compromissos plurianuais, que é este que estamos aqui a ter, também não me parece que haja aqui problema nenhum de imperatividade, acho que é normal que estas leis sejam imperativas, mal seriam se não fossem. -----

O artigo sétimo fala de Atrasos nos pagamentos, e que diz: “*A execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso*”, acho importantíssimo que seja um imperativo. -----

O artigo oitavo fala das Entidades com pagamentos em atraso, é essencial que seja imperativo, ou seja, que esteja por cima de qualquer outra lei. -----

O artigo nono fala dos Pagamentos, acho normal que seja imperativo. -----

O artigo décimo primeiro fala da Violação das regras relativas a assunção de compromissos, aqui já o senhor deputado da CDU, falou que pode-nos recair em cima qualquer um dos problemas, vamos ver o número um do artigo décimo primeiro que diz: “ *Os titulares de cargos políticos, dirigentes, gestores ou responsáveis pela*

---

*contabilidade que assumam compromissos em violação do previsto na presente lei incorrem em responsabilidade civil, criminal, disciplinar e financeira, sancionatória e ou reintegratória, nos termos da lei em vigor”, não sei aonde é que o senhor deputado encontra aqui os deputados da Assembleia Municipal. -----*

Está explicado o artigo décimo terceiro.” -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “As competências são nossas, nós delegamos essa competência na Câmara Municipal, a Autarquia pode delegar no Presidente da Câmara, é evidente que ao delegar essa competência, estou a assinar um cheque em branco e vou ser responsabilizado por isso.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção a senhora **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número três à votação. -----

### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS** -----

O ponto número três “**Assunção de Compromissos Plurianuais – Autorização Prévia**”, foi aprovado por maioria com doze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, nove votos contra, sendo quatro votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária e uma abstenção do Partido Socialista. -----

**Carlos Amaro** apresentou a seguinte declaração de voto: “Ao abrigo da Lei 169/99, de 18 de setembro, que regula as competências e o funcionamento dos órgãos do município e das freguesias, o número três do artigo noventa e três, diz: “*O registo na ata do voto de vencido isenta o emissor deste da responsabilidade que eventualmente resulte da deliberação tomada.*” -----

Porque no exercício das minhas funções a que estou vinculado e no cumprimento do princípio da legalidade e do direito dos cidadãos a observar escrupulosamente as normas legais e regulamentares aplicáveis aos atos praticados ou pelos órgãos a que pertencem, pelo artigo 4º, do nº 1, alínea a), da Lei nº 29/87, de 30 de junho, e porque só o registo de voto vencido isenta o emissor da responsabilidade que eventualmente resulte da deliberação tomada, artigo 93º da lei anterior referida, com as alterações introduzidas pela lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, votei contra a subscrição da proposta de Autorização Prévia da assembleia, nos termos da alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, hoje submetida à apreciação e discussão. -----

Esta declaração vincula quem da minha bancada entender que se deva vincular.” –

Pediu a palavra **Célia Leal**: “Relativamente aos demais elementos desta bancada, também vão subscrever esta declaração de voto, não o vamos fazer individualmente, vamos subscrever a declaração por escrito.” -----

Continuou **António Ferreira**: “Nós CDU subscrevemos também a declaração de voto que foi apresentada pelo PS, vai no sentido daquilo que foi a nossa posição aqui.” –

Prosseguiu **Fátima Búzio**: “Nós também vamos subscrever a declaração de voto apresentada pelo PS.” -----

Passou-se de seguida ao ponto número quatro. -----

### **PONTO NÚMERO QUATRO** -----

#### **ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – REFEIÇÕES ESCOLARES** -----

Pediu a palavra **Fátima Búzio**: “Votaremos a favor já que a necessidade de urgência assim o obriga. -----

Recomendamos no entanto, que esse contrato tenha em atenção a qualidade e a quantidade das refeições servidas, houve por parte de alguns encarregados de educação algum descontentamento em relação aos que acabei de referir. -----

São crianças em desenvolvimento, a alimentação é uma das vertentes mais importantes para que seja possível a estas crianças obter o sucesso escolar que desejamos.” -----

Prosseguiu **Célia Leal**: “ Contrariamente à opinião que vinculamos relativamente ao ponto da ordem de trabalhos anterior, vamos votar favoravelmente porque entendemos a finalidade e neste caso, a necessidade dele.” -----

Continuou **António Ferreira**: “ Votamos favoravelmente porque sabemos em concreto qual o compromisso plurianual e sabemos dele antes, e não depois à posteriori.” -----

#### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO** -----

O ponto número quatro, “**Assunção de Compromissos Plurianuais – Refeições Escolares**” foi aprovado por unanimidade com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

#### **PONTO NÚMERO CINCO** -----

#### **DECLARAÇÃO E MAPA DOS PAGAMENTOS EM ATRASO À DATA DE 31-12-2011** -----

A senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ Relativamente a esta matéria há algumas correções, nomeadamente dos mapas de pagamento à data de trinta e um de dezembro e portanto, só depois das correções completas é que este documento nos chegou. -----

Não havendo intervenções nem a necessidade de ser votado, tomámos conhecimento e passamos ao ponto seguinte. “ -----

#### **PONTO NÚMERO SEIS** -----

#### **CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DO RESTAURANTE BAR ESPLANADA DO BONITO** -----

Não havendo pedidos de intervenção a senhora **Presidente da Assembleia**, colocou o ponto número seis à votação. -----

#### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SEIS** -----

O ponto número seis “**Concessão da Exploração do Restaurante Bar Esplanada do Bonito**”, foi aprovado por unanimidade com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

#### **PONTO NÚMERO SETE** -----

#### **PRONÚNCIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO, SOBRE A REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA** -----

Referiu a senhora **Presidente da Assembleia**: “ Foi remetida a Lei nº 22/2012, que estabelece um conjunto de normas a que estamos sujeitos, nomeadamente à obrigação de pronúncia da Assembleia Municipal. -----

Independentemente de podermos pretender fazer uso do ponto três, do artigo sexto desta lei que diz: “ *Sem prejuízo do disposto no número anterior, a reorganização administrativa do território das freguesias não é obrigatória nos municípios em cujo território se situem quatro ou menos freguesias*”. -----

Independentemente desta disposição a pronúncia torna-se necessária sob pena de estarmos sujeitos à observação e deliberação da Unidade Técnica a quem compete, no caso de ausência de pronúncia decidir sobre esta matéria. -----

Nesse sentido, e porque a lei prevê que possamos ir até algures, a meio de outubro, não vamos hoje deliberar sobre isto, até porque faz todo o sentido que as Assembleias de Freguesia, cumpram aquilo que a lei prevê e que é a emissão dos respetivos pareceres sobre a sua posição quanto à possibilidade de usarmos o ponto 3 do artigo 6º, ou à possibilidade de eventual agregação, porque o ponto 3 do artigo 6º, é uma possibilidade, não é uma imposição. -----

Após esta reunião será remetida informação aos senhores Presidentes das Assembleias de Freguesia, sobre esta matéria. -----

Caberá também à Câmara Municipal pronunciar-se sobre a matéria, podendo e desejavelmente emitir parecer sobre a agregação ou não de freguesias.” -----

Para setembro esta matéria será novamente agendada, nessa altura sim, já na perspectiva de uma decisão final relativamente àquilo que será a reorganização ou não do território do nosso município.” -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “ Quería chamar à atenção aos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia e restantes autarcas, a responsabilidades que têm em termos daquilo que assumiram com as populações. -----

As nossas forças políticas no Entroncamento e na maior parte do país, não assumimos responsabilidades nenhuma em termos de extinção de freguesias. -----

Não prometer nada à população, não meter nos programas eleitorais a extinção de freguesias e depois assumir essa responsabilidade, penso que não é de bom-tom.” -----

Passou-se de imediato ao ponto número oito da ordem dos trabalhos. -----

#### **PONTO NÚMERO OITO** -----

#### **ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA (E SEU SUBSTITUTO) NO XX CONGRESSO (EXTRAORDINÁRIO) DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES (ANMP)** -----

A senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ Foi já acordado pelos senhores Presidentes, que será efetiva a senhora Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e suplente o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima.” -----

Seguidamente foi feita a distribuição dos boletins de voto, procedeu-se à chamada para a colocação dos respetivos boletins na urna. -----

#### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO OITO** -----

Após o escrutínio da votação secreta, o ponto número oito da ordem dos trabalhos obteve a seguinte votação: -----

Dezanove votos a favor. -----

Três votos em branco. -----

#### **PONTO NÚMERO NOVE** -----

#### **APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO** -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “ Ouvei com atenção algumas intervenções desde o início até agora, referentes às questões das contas e na informação do Presidente tem aqui alguma informação que é preocupante. -----

O IMI e a Contribuição Autárquica continuam com uma boa execução, apesar de uma diminuição de seis por cento o que reflete um pouco a situação económica em que nós vivemos e as dificuldades das famílias. -----

Por outro lado, os impostos indiretos e sobretudo o IMT, se agregarmos todos os impostos indiretos, sofrem mais uma quebra de vinte por cento em relação ao ano passado. -----

---

As taxas, multas e outras penalizações também sofrem de uma quebra algumas delas ligadas à construção. -----

Quando nós falamos da atividade comercial no Entroncamento que está em baixo, uma das razões prende-se com isto: se nós não criamos riqueza no concelho, também não podemos gastar essa riqueza no próprio concelho.-----

O Entroncamento viveu muito da especulação imobiliária, isso deu para a Câmara gastar da forma como queria, deu para termos uma boa situação económica durante muitos anos, fazendo ou não obra. -----

Nós descorámos a diversificação das forças produtivas no Entroncamento e se nós quisermos ter um futuro risonho para o Entroncamento, temos que apostar e incentivar outros setores, sobretudo os setores produtivos. -----

Sobre a dívida, nas informações anteriores costumava-se fazer a referência e a comparação com a dívida de igual período do ano passado, este ano faz comparação com a dívida do final do ano passado, há aqui alguma dificuldade em fazer a comparação, embora no geral, a dívida a médio e longo prazo sofreu uma pequena diminuição, apesar de dívida ser preocupante com os valores que tem e não sei muito bem, com as receitas temos como é que vamos executar aquilo que o governo nos impõe que é uma redução de dez por cento da dívida. “ -----

Interveio o senhor **Presidente da Câmara**: “ Quando o Bloco de Esquerda fala aqui que só as grandes empresas é que serão contempladas e que as pequenas não, não através do PEPAL como disse, mas através do PAEL, foi posta à disposição dos municípios mil milhões de euros, para que venha suprimir e ajudar os municípios a pagar de imediato a todos os pequenos e grandes fornecedores, com despesa vencidas até trinta e um março, portanto, despesa executada até trinta e um de dezembro. -----

A Câmara Municipal não vai deixar de concorrer a este fundo disponível. -----

Não me preocupa muito o futuro desta casa, o futuro do Entroncamento, em termos de obra e dívida, tem um saldo extremamente a favor da obra executada em relação à dívida que temos e compreendemos que no passado fizemos muitas obras a cinquenta por cento, quando cá chegamos no terceiro Quadro Comunitário, fizemos muitas obras a cinquenta por cento e sabemos que no passado, e quem nos critica agora, estava cá no passado, quando tinha obras só com dez por cento, sessenta e cinco por cento mais vinte e cinco por cento de contratos de programas, fez muito pouco para não dizer zero. -----

Quero dizer também aqui abertamente, tudo mudou de há três anos e meio quando se fez a campanha para agora, nunca prometi no Entroncamento as escolas do concelho todas feitas, mas estou a fazê-las, isso não se fala, alguns nem filhos têm, não têm essa preocupação, eu tenho filhos e netos e preocupa-me, como me preocupo com os filhos dos outros e neste caso muito particularmente, hoje estava preparado para isso foi tentado regimentar os pais dos meninos que estão no Infantário da CP e vinha devidamente preparado para isso. -----

Deixemo-nos de politiquices, primeiro que tudo estão as crianças do nosso concelho e sinto-me bem ter apostado a sério nas escolas todas deste concelho. -----

Não acabou o boletim municipal, haverá um por ano, em setembro cá estaremos com ele, há outro que vão receber esta semana, será um jornal com a agenda cultural, muito mais barato do que era a agenda cultural até agora. -----

Sobre os sanitários da zona verde é complicado, só podem estar abertas até às dezassete horas. Quando há eventos autorizados pela câmara, a chave é posta à disposição da organização. -----

---

Sobre a intervenção do senhor António Ferreira, acerca da freguesia, sou um homem de convicções, quando achei que era importante haver uma freguesia, defendi isso e se acaso a retirarem, iria para a primeira linha da luta. -----

Escusa de estar com esse tipo de recomendações, mas não esteja a recomendar porque eu não sei como é que o senhor vai votar, nem quero saber, na altura logo saberei.” -----

Nada mais havendo a tratar, a senhora **Presidente da Assembleia**, deu por encerrada a sessão quando eram vinte e três horas e cinco minutos. -----

A presente ata, depois de lida e visada pelo primeiro secretário, vai por ele ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

A Presidente da Assembleia:

O 1º Secretário:

A 2ª Secretária: